

AÇÃO EMPREENDEDORA NO PENSAMENTO ECONÔMICO: A TRADIÇÃO AUSTRIACA vs. SCHUMPETER

Mariana Piaia Abreu

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Viçosa

Silvia Harumi Toyoshima

Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa.

Sessões Ordinárias

Área temática

1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

1.2 – História do Pensamento Econômico

Resumo

Cantillon, Turgot, Menger e Böhm-Bawerk geraram o embrião do conceito “empreendedor” que mais tarde serviu de base para Schumpeter e os autores da Escola Austríaca de Economia, principalmente Mises e Kirzner. Este trabalho procurou entender cadeias de influências teóricas que culminaram em duas análises distintas sobre a ação do empresário na economia, a de Joseph Schumpeter e a de Israel Kirzner. Para Schumpeter, o empreendedor é um agente descoordenador, já que, por meio da destruição criadora gera desequilíbrio no mercado. Já para Kirzner, o empreender é um agente coordenador, pois elimina os desajustes do mercado.

Palavras-chave: Empreendedor. Atividade empresarial. Schumpeter. Escola Austríaca.

Abstract

Cantillon, Turgot, Menger and Böhm-Bawerk embryo generated the concept of "entrepreneur" who later formed the basis for the authors Schumpeter and the Austrian School of Economics, especially Mises and Kirzner. This study sought to understand chains of theoretical influences that culminated in two different analyzes on the action of the entrepreneur in economics, Joseph Schumpeter and Israel Kirzner of. For Schumpeter, the entrepreneur is an incoordination agent since, through creative destruction creates imbalance in the market. Have to Kirzner, the undertaking is a coordinating agent, it eliminates the misfits market.

Key-words: Entrepreneur. Business activity. Schumpeter. Austrian School.

Classificação JEL: B53; B10; B25.

1 INTRODUÇÃO

Foram poucos os teóricos da economia que concederam lugar de destaque ao empresário em suas obras. Os que concederam, não lhe deram a devida atenção. Isso fez com que a análise da atividade empresarial perdesse espaço na ciência econômica, sendo negligenciada por autores de grande influência na história do pensamento econômico.

Diante disto, o objetivo deste artigo é discutir as cadeias de influências teóricas que culminaram em duas análises distintas sobre a ação do empresário na economia, a de Joseph Schumpeter e a de Israel Kirzner. Os desenvolvimentos teóricos de Richard Cantillon, Anne Robert Jacques Turgot, Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk incutiriam Joseph Schumpeter e de Israel Kirzner, principal representante desse tema da Escola Austríaca. Este trabalho, então, buscou contribuir para a literatura sobre o papel do empresário na economia, procurando entender as divergências entre estes autores, que trabalharam com o conceito de atividade empresarial gerando efeitos contrários na economia.

O autor que utilizou pela primeira vez este termo, com o significado atual, foi Richard Cantillon em sua obra de 1775, *Essai sur la Nature du Commerce en Général*¹, considerado por muitos como o primeiro tratamento sistemático dado à economia, com uma nova perspectiva dos mercados. Para Cantillon (2002), o empresário lida com incertezas, é um tomador de riscos.

Contemporâneo de Cantillon, o francês Anne Robert Jacques Turgot, representante da escola fisiocrata, lança seu livro *“Reflections on the Formation and Distribution of Wealth”*², em 1766. Nesta obra, ao teorizar sobre capital e juros, o autor também analisou a atividade empresarial. O empreendedor-capitalista era indispensável à acumulação de capital e o entendimento de suas funções no mercado eram um dos determinantes dos juros. O empresário seria o dono da manufatura, sinônimo de capitalista.

Seguindo na linha de “empresário-capitalista”, em 1871, Carl Menger, em seu livro *“Die Grundsätze der Volkswirtschaftslehre”*³, dá início à vertente de pensamento econômico que é hoje conhecida como Escola Austríaca de Economia. Para Menger (1986), atividade empresarial e propriedade privada eram interligadas, de modo que o indivíduo que exercesse a atividade empresarial deveria, também, deter o capital, entrelaçando o empresário com o capitalista.

¹ CANTILLON, R. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba: Segesta, 2002 [1755].

² TURGOT, A. R. J. *Praise of Gournay: letter from Turgot to marmontel*. In: GORDON, D. (Org.). *The Turgot Collection: Writings, Speeches, and Letters of Anne Robert Jacques Turgot, Baron de Laune*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, p. 99-127, 2011.

³ MENER, C. *Princípios de Economia Política*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1986 [1871].

Eugen von Böhm-Bawerk, influenciado por Menger, no livro “*Capital and Interest*”⁴, de 1884, também utilizou a análise do empreendedor acoplada ao capitalista. O dono do capital é o que assume riscos e controla a produção, esperando rendimentos.

No entanto, foi Joseph Alois Schumpeter o responsável pela popularização do termo empreendedorismo, em seu livro, “*Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*”⁵, de 1911. O empreendedor, para Schumpeter, é o responsável pela destruição criativa que gera desenvolvimento na economia. Nesta análise, o empreendedor é um descoordenador, que tira a economia do equilíbrio, levando-a para um estágio superior de desenvolvimento.

Por fim, ressalta-se a função do empresário na Escola Austríaca de Economia. Ludwig von Mises, um de seus principais representantes, em seu *magnum opus*, “*Human Action*”⁶, de 1949, entende que o empreendedorismo, ou ação empreendedora, é uma categoria da ação humana coordenadora do mercado. Israel Kirzner, seu discípulo, em 1973 publicou seu primeiro livro “*Competition and Entrepreneurship*”⁷, no qual defende que o empreendedor, ao coordenar o mercado, também leva a economia para um estágio superior de desenvolvimento. Passando para este estágio superior, há novamente descoordenação na economia, que novamente é coordenada pelos empreendedores e assim por diante.

Para compor a base lógica de investigação, utilizou-se como método de abordagem o dedutivo. Como métodos de procedimentos, empregaram-se: (i) o método histórico, já que confrontou o conjunto de elementos que existem hoje com suas origens históricas, analisou formações precursoras e acompanhou a evolução do conceito “empreendedorismo”; e (ii) o método comparativo, pois confrontou perspectivas sobre a atividade empresarial. Quanto ao delineamento, tem-se a pesquisa bibliográfica.

Schumpeter é o efeito do seu empreendedor descoordenador são muito estudados no meio acadêmico, contudo, o empreendedor coordenador de Israel Kirzner e seus efeitos na economia são negligenciados por grande parte dos pesquisadores. Este trabalho visa ajudar a preencher esta lacuna, mostrando o empreendedor de Kirzner, frente ao de Schumpeter, tão conhecido, e analisando suas influências.

O trabalho, além desta introdução, contém na segunda parte uma discussão sobre a origem do conceito de “empreendedor”, sendo apresentadas as ideias dos pioneiros que trabalharam o conceito “atividade empresarial”. Na terceira parte expõe-se o desenvolvimento,

⁴ BÖHM-BAWERK, E. von. *Capital and Interest: History and Critique of Interest Theories (volume I)*. Illinois: Libertarian Press, 1959 [1884].

⁵ SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997 [1911].

⁶ MISES, L von. *Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010 [1949].

⁷ KIRZNER, I. *Competição e atividade empresarial*. Tradução de Ana Maria Sarda. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2012.

por parte da Escola Austríaca, desse conceito e na quarta, o conceito schumpeteriano de empreendedor. Na quinta seção é feita uma comparação entre o papel do “empreendedor austríaco” e o “empreendedor schumpeteriano”. Por fim, na última seção encontram-se as considerações finais.

2 ORIGENS DO CONCEITO

A procedência etimológica da expressão “empreendedor” é latina, do verbo “*inprehendo-endi-ensum*”, que denota descobrir, perceber, dar-se conta, apanhar, e da expressão “*inprehensa*”, que transmite a ideia de ação, significando tomar, pegar, agarrar⁸. Ao procurar os primeiros traços semânticos do conceito, tem-se que este é derivado da expressão francesa “*entrepreneur*”, sendo:

[...] historical origin of the term at the end of the 17th century and the beginning of the 18th. There were two initial uses of the term: a) the person who takes on a civil construction, whose design and payment is previously agreed upon, and b) the warrior who sets out on a conquest, typical of the spirit of the crusades in the Middle Ages. (SÁNCHEZ, 2011, p. 428).

Vê-se, assim, que desde a Idade Média utiliza-se o termo para designar ação. Tanto o termo português “*empresa*”, como o francês e inglês, “*entrepreneur*”, estão “[...] necessária e inexoravelmente unido[s] a uma atitude *empreendedora*, que consiste precisamente em continuamente tentar procurar, descobrir ou criar novos fins e meios.”⁹.

Partindo para história econômica, o período econômico denominado de mercantilismo, que perdurou do início do século XVI até meados do século XVIII, surgiu em um contexto de descobertas de novas terras e jazidas de metais, de aumento do comércio dentro e fora dos países e, assim, do aumento excessivo do uso de moeda¹⁰. O mercantilismo modificou a visão que se tinha dos comerciantes, já que com o aumento da importância do comércio, a figura econômica central passou do aristocrata agrícola para o capitalista mercantil.

A aristocracia medieval classificava o homem de negócios como um cidadão desprezível de segunda categoria, que estava imerso no lodo dos negócios e do dinheiro. Os mercantilistas deram respeitabilidade e importância dos negociantes, afirmando que estes enriqueciam não apenas a si mesmos, mas também ao reino e o rei. (OSER; BLANCHFIEL, 1983, p. 24).

Na doutrina mercantilista, a riqueza de um país dependia do excedente que este auferia nas relações econômicas que mantinha com outras nações. Com isso, defendia-se o nacionalismo e o protecionismo com o objetivo de promover exportações e contrair importações, e a

HUERTA DE SOTO, J. *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*. 4 ed. Madrid: Unión Editorial, 2010b, p. 42-43.

⁹ HUERTA DE SOTO, J. *Escola Austríaca*. 2 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a, p. 33, grifo do autor.

¹⁰ OSER, J; BLANCHFIEL, W. C. *História do Pensamento Econômico*. Tradução de Carmem Terezinha Santoro dos Santos. São Paulo: Atlas, 1983.

dominação e a exploração de novas colônias, que garantiam o acúmulo de riqueza na forma de metais preciosos.

Era necessário, ainda, um governo forte e centralizado, que tivesse o poder de regulamentar os negócios. Conforme Oser e Blanchfiel (1983), para os mercantilistas, era o governo que deveria conceder privilégios de monopólios às empresas, já que não se poderia acreditar no julgamento e na honestidade dos mercadores individuais.

Rothbard (2006) denomina o mercantilismo de “capitalismo monopolista de estado”. A Coroa concedia o direito exclusivo para produzir e vender ou apenas comercializar determinados produtos em uma determinada área. Estes grupos de comerciantes beneficiados teriam de ajudar a Coroa na arrecadação de impostos.

Neste contexto, em 1755, por meio de um método sistemático de abstrações e aproximações sucessivas¹¹, Cantillon (2002) conclui que uma economia de mercado livre, com seus produtores individuais podendo trocar seus produtos, tende a gerar muito mais benefícios do que o mercado centralizado, ou seja, em que o comércio monopolizado ocorria via concessão da Coroa. Em um mercado descentralizado, defendido por Cantillon, há incerteza generalizada. É função do empresário compreender e suportar esta incerteza. O empreendedor compra bens a um determinado preço, em uma determinada região, e revende a um preço incerto, em outra região:

Estes empresários nunca conseguem saber que quantidade de produtos a cidade consumirá, nem por quanto tempo preservarão a clientela, já que os comerciantes rivais tentarão de todo modo atrair a sua freguesia. Tudo isto causa uma tal incerteza entre estes empresários que diariamente vão à bancarrota. (CANTILLON, 2002, p. 45).

O sistema de mercado coordena as atividades dos produtores e consumidores por meio do autointeresse. Desta forma, o empreendedor era o indivíduo coordenador do mercado, já que este, na sua busca pelo lucro, era capaz de minimizar os desajustes de demanda e oferta, via preços, sem ser necessário um planejamento centralizado.

O também francês Anne Robert Jacques Turgot, também utilizou o conceito “empreendedor”. Assim como para Cantillon, este enfrentava riscos e incertezas no mercado. Porém, diferentemente deste, Turgot (2011) pensava que a principal força motriz da economia de mercado não era um empreendedor qualquer, mas sim o empreendedor-capitalista¹². Para ele, o

¹¹ Ver mais em ROTHBARD, M. N. *Economic Thought Before Adam Smith: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought Volume 1*. 2. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2006 [1995], p. 345-360.

¹² Alguns autores defendem que Turgot diferenciou os capitalistas dos empreendedores. Neste trabalho, aceita-se a ideia de que Turgot trabalhava com três principais classes ou três ordens de agentes econômicos: proprietários de terras, assalariados e empreendedores-capitalistas: “[...] differences between Cantillon’s and Turgot’s accounts are seen to be rather more striking than the resemblances. With Cantillon, the entrepreneurs include those Who are entrepreneurs of their own labour without any capital’ - chimney sweeps, water carriers, and even beggars and robbers; with Turgot, all entrepreneurs are assumed to be employers of labour, and independent workmen and artisans do not enter the Picture at all. With Cantillon, although the fact that an entrepreneur may set himself up with a capital to conduct his enterprise in quite often mentioned, it is not particularly emphasised; with Turgot, the large

capitalista escolhe a aplicação do seu capital, tornando-se ou não um empresário. Desta forma, em Turgot (2011), todo empresário é um capitalista, mas nem todo capitalista é um empresário.

Também para Turgot, a regulação mercantilista da produção e do comércio era prejudicial à sociedade, já que somente em um mercado livre os indivíduos e os empresários poderiam fazer uso do seu conhecimento específico:

There is no need to prove that each individual is the only competent judge of this most advantageous use of his lands and of his labor. He alone has the particular knowledge without which the most enlightened man could only argue blindly. He alone has an experience which is all the more reliable since it is limited to a single object. He learns by repeated trials, by his successes, by his losses, and he acquires a feeling for it which is much more ingenious than the theoretical knowledge of the indifferent observer because it is stimulated by want. (TURGOT, 2011, p. 109-110).

O interesse próprio no lucro, também para Turgot, é o motor do processo de mercado e, sendo o mercado livre, o interesse individual coincidirá com o interesse geral. Desta forma, o comprador escolherá o vendedor conforme o menor preço para o produto que procura, bem como o vendedor tentará ofertar da melhor forma sua mercadoria ao preço mais competitivo que lhe for possível. Conforme Turgot (2011, p. 107), “the general freedom of buying and selling is therefore the only means of assuring, on the one hand, the seller of a price sufficient to encourage production, and on the other hand, the consumer, of the best merchandise at the lowest price.”.

Mais de um século depois, Menger identificou como atividade empresarial o processo de transformação de bens de ordem superior em bens de primeira ordem¹³, ou seja, o indivíduo faz os cálculos econômicos e aplica aos bens de ordem superior para determinado objetivo de produção¹⁴.

Menger (1983) definiu quatro elementos essenciais que englobam a atividade empresarial:

(a) a *informação* sobre a situação econômica; b) o conjunto de cálculos pressupostos por um processo de produção, para ser econômico (em outras palavras, o *cálculo* de viabilidade econômica); c) o ato de vontade através do qual bens de ordem superior (e, em condições de intercâmbio comercial desenvolvido, no qual, via de regra, se pode trocar um bem econômico por quaisquer outros bens) são destinados a determinada produção; (d) a *supervisão*, para que a execução do plano de produção seja a mais

capitals or “advances” assumed to be employed by entrepreneurs are constantly emphasised and play a crucial role in the working of the system as a whole. With Cantillon, finally, the “profit” of the entrepreneurs seems to be regarded as a kind of superior but unfixed wage; with Turgot, there is a much sharper differentiation between the profit of the entrepreneur and the wage of the hired workman. Clearly Cantillon is analysing a society where the capitalist entrepreneur is just beginning to separate himself out from the ranks of the independent workman; Turgot on the other hand is analysing a society where it is assumed that this process has been completed and that the capitalist system has consolidated itself in all fields of economic activity.”. (MEEK, R. L. *Turgot on Progress, Sociology and Economics: A Philosophical review of the successive advances of the human mind on universal history reflections on the formation and the distribution of wealth*. New York: Cambridge University Press, 1973, p. 31).

¹³ Bens de ordem superior são meios de produção; bens de primeira ordem abarcam o consumo direto.

¹⁴ MENER, 1983, p. 94-95, passim.

econômica possível. [...] por maior que seja a atividade desses colaboradores, sempre se encontram, na atividade do próprio empresário, os quatro elementos mencionados, mesmo no caso de sua atividade reduzir-se, em última análise, à canalização de parte de sua riqueza para determinados fins de produção, à seleção de colaboradores e ao controle do empreendimento (por exemplo, em se tratando de sociedades anônimas). (MENGER, 1983, p. 95, grifo do autor).

Vê-se que, os dois primeiros elementos são puramente intelectuais. Contudo, o terceiro elemento, o ato de vontade pela qual os bens de ordem superior são alocados no processo produtivo, só pode ser exercido por meio de uma estrutura de capital da qual se tem controle, ou seja, da propriedade privada do empresário. O quarto elemento da atividade empresarial, a supervisão do plano de produção, impinge a ideia de que não se pode delegar o controle da produção, para assim garantir o objetivo de sua ação, caso contrário, o empreendedor estaria abandonando a busca de seus próprios fins:

[...] the intellectual purpose and plan that the entrepreneur is pursuing gives meaning and structure to a complex of capital goods that transforms it into a unified business firm. Like all property, the firm inevitably bears the imprint of its owner's personality. Absent the tangible force of his personal control and supervision and the firm disintegrates into an agglomeration of goods without purpose or structure. (SALERNO, 2008, p. 198).

Entende-se desta forma que, para Menger, a função empreendedora era, inevitavelmente, inseparável da propriedade. Assim como para Turgot, o empreendedor era visto como um empreendedor-capitalista.

Influenciado pelos escritos de Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, ao buscar a separação dos diferentes componentes de rendimento, como parte da elaboração de uma teoria do capital, fez algumas inferências sobre a função empreendedora. Segundo Mccaffrey (2012), para Böhm-Bawerk, a propriedade do capital, a *uncertainty-bearing*, e a tomada de decisão constituem o núcleo da função empresarial, e são, portanto, os determinantes dos ganhos e perdas.

Ao analisar os diferentes rendimentos do mercado, Böhm-Bawerk (1959) apresenta que o empresário recebe muito além de um salário – salário de administrador –, ele recebe uma gratificação pela supervisão do seu capital que foi empregado, ou seja, um rendimento proveniente da produção. E autor analisa se devem ser distinguidos os rendimentos da empresa provenientes do trabalho, do esforço, do empresário dos rendimentos como resultado do capital:

It may with reason appear questionable if the entire profit realized by an undertaker form a process of production should be put to the account of his capital. Undoubtedly it should not be so where the undertaker has at the same time occupied the position of a worker in his own undertaking. Here there is no doubt that the work he has done. But even where he does not personally take part in the carrying out of the production, he yet contributes a certain amount of personal trouble in the shape of intellectual superintendence – say, in the planning the business, or, at the least, in the act of will by which he devotes his means of production to a definite undertaking. (BÖHM-BAWERK, 1959, p.8)

Segundo McCaffrey (2012), Böhm-Bawerk não aprofunda a análise sobre eventuais diferenças entre o capitalista e o empreendedor, apenas observa os dois retornos distintos auferidos pelo empresário-capitalista.

O empreendedor é, então, um empreendedor-capitalista, tal como do de Turgot e o de Menger. Os empreendedores, para Böhm-Bawerk, são os que controlam os meios de produção e enfrentam as incertezas do mercado. Eles auferem ganhos quando acertam a produção e perdas quando erram.

Cantillon, Turgot, Menger e Böhm-Bawerk geraram o embrião do conceito “empreendedor”, que serviu de base para Schumpeter e os autores da Escola Austríaca de Economia, principalmente, Mises e Kirzner. Vejamos como estes conceitos se desenvolveram nestas duas vertentes, a schumpeteriana e a austríaca.

3 DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO: A ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA

Ludwig von Mises é o principal expoente da Escola Austríaca de Economia (EA), que, por influência de Cantillon e Menger, estruturou sua teoria sem negligenciar a função empresarial. Israel Kirzner seguiu a tradição miseniana e hoje é o principal representante da corrente austríaca a trabalhar com processos de mercado e função empresarial.

Mises (2012) defendeu a ciência econômica como parte de uma ciência maior, a praxeologia¹⁵, a ciência ou teoria geral da ação humana:

Ação humana é comportamento propositado. Também podemos dizer: ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar alcançar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida. (MISES, 2010, p. 35).

A ciência geral da ação humana está preocupada com os meios pelos quais os agentes atingem certos fins. Esse processo de tomada de decisões - escolhas dos meios – não é assentado por fatores externos, é subjetivo. Este é o subjetivismo tratado pela Escola Austríaca¹⁶. A teoria subjetiva do valor, desenvolvida por Menger, é, desta forma, o ponto de partida para a análise de mercado da EA, que foi desenvolvida principalmente por Mises e seguida por Kirzner:

Conclui-se, pois, que o valor não é algo inerente aos próprios bens, não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu

¹⁵ “*Praxeologia*: do grego *práxis* – ação, hábito, prática – e *lógica* – doutrina, teoria, ciência.” (GREAVES, 1974 apud MISES, 2010, p. 23, grifo do autor).

¹⁶ “[...] é neste subjetivismo que se assenta a objetividade da nossa ciência. Por ser subjetivista e considerar os julgamentos de valor do agente homem como dados irreduzíveis não passíveis de qualquer outro exame crítico, coloca-se acima de disputas de partidos e facções, é indiferente aos conflitos de todas as escolas de dogmatismo ou doutrinas éticas, é livre de valorações e de ideias ou julgamentos preconcebidos, é universalmente válida e absoluta e simplesmente humana.” (MISES, 2010, p. 46-47).

bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão. [...] o valor é por sua própria natureza algo totalmente subjetivo. (MENGER, 1983, p. 69)

Para Mises (2012, p. 36) a ação não é meramente uma manifestação de preferência, a “ação, portanto, sempre implica tanto obter como renunciar”. Ação é algo real, é a busca de mudança de uma realidade insatisfatória para outra satisfatória. O que conta é o comportamento total do homem, pouco importando se o faz por meio de ação ou omissão. Aquele que aceita o que poderia mudar age tanto quanto aquele que interfere no sentido de obter um resultado diferente. Um homem que se abstém de influenciar o funcionamento de fatores psicológicos e instintivos também age. Ação, enfim, é não somente fazer, mas, não menos, omitir aquilo que possivelmente poderia ser feito.

A ação dos agentes se dá na presença de um conhecimento imperfeito, ou seja, em um ambiente de informações incompletas. Assim, o problema econômico não é apenas a alocação de dados recursos. O problema é mais complexo, é a utilização do conhecimento, que é disperso, incompleto e algumas vezes contraditório. Cada indivíduo interpreta a sua parcela de conhecimento de forma singular. Esta parcela de conhecimento é apenas uma parte do total de informações disponíveis no mercado e é diferente para cada indivíduo¹⁷. Quando as ações fazem parte de um mesmo plano, sendo compatíveis entre si, este indivíduo está em equilíbrio. Com o tempo adquire-se conhecimento, algumas de suas ações mudam, gerando um desequilíbrio, necessitando rever planos:

Deve-se notar que esse conceito de equilíbrio não se limita a uma economia estática: o equilíbrio mantém-se desde que os agentes possam prever as mudanças que ocorrem na economia; se eu conheço o que vai mudar, eu não altero meus planos, que já incorporam esse conhecimento da mudança. (BARBIERI, 2001, p. 20).

Mesmo com a dispersão do conhecimento há uma ordem espontânea na ação dos indivíduos, que, para Barbieri (2001, p. 21), “[...] apresenta regularidades, com a convergência de preços e custos, sem direção central que possua todo o estoque de conhecimento da sociedade.”.

Tendo isto, os preços e a competição surgem como pilares fundamentais no processo de coordenação dos planos dos agentes ao longo do tempo. O sistema de preços sinaliza aos agentes como estes devem agir para haver uma coordenação de planos entre eles:

O papel do mercado, então, é o de servir como um *processo*, mediante o qual, por tentativas e erros, tanto o conhecimento como as expectativas dos diferentes membros da sociedade vão se tornando paulatinamente mais compatíveis com o passar do tempo. Surge, desta maneira, a importância fundamental, primeiro, do sistema de preços, com o papel de emitir sinais para que diversos participantes do processo de mercado possam coordenar seus planos ao longo do tempo e, segundo, da competição, como único meio

¹⁷ “Significa ello que cada hombre-actor posee tan sólo unos, como, si dijéramos, ‘átomos’ o ‘bits’ de la información que se genera y transmite globalmente a nivel social.” (HUERTA DE SOTO, 2010b, p. 54).

de descoberta das informações que são realmente relevantes. (IORIO, 1997, p. 68, grifo do autor).

Em um processo competitivo, os consumidores saberão quais arranjos estão disponíveis para seu consumo e o produtor saberá qual é o menor custo de produção e quais são as preferências dos consumidores. Mas principalmente, o mercado competitivo dá a oportunidade de avançar as descobertas, por meio de um processo de tentativa e erros e correções destes erros. Se as informações fossem dadas, a competição seria prescindível, isso porque o valor da competição está nos resultados que são descobertos após a competição e que não poderiam ter sido imaginados antes dela. Assim como para Turgot (2011), a liberdade de compra e venda garante a coordenação do mercado. É o conhecimento específico do empresário – que, para este autor, trata-se do empresário-capitalista – que leva a esta coordenação do mercado, através do sistema de preços.

A interação dos agentes no mercado faz com que estes, ao olhar as decisões que foram tomadas a sua volta, revisem suas decisões para o período subsequente, ou seja, as decisões que foram tomadas em um tempo modificam as decisões em tempos posteriores. Cantillon (2002), também defende que a atividade empresarial é diminui as incertezas dos mercado levando à coordenação de demanda e oferta, ou seja, diminuindo os desajustes do mercado. Em Kirzner (2012), a série de mudanças sistemáticas que está conectada às decisões dos indivíduos, no decorrer do tempo, estabelece o processo de mercado, propriamente dito.

Para Mises (2010), a análise da cataláxia¹⁸ deve começar na análise dos atos de escolhas, já que os problemas catalácticos estão embutidos nos problemas praxeológicos. Desta forma, Mises define que o empreendedor é uma categoria cataláctica¹⁹. Diz ele que, em uma construção meramente imaginária de um fluxo uniformemente circular²⁰, não faz sentido a atividade empresarial, já que não há como mudar o estado futuro, não há especulação:

Agir é sempre especular. Numa construção imaginária de um sistema uniformemente circular, ninguém é empresário nem especulador. Numa economia real, todo ator é sempre um empresário e um especulador. (MISES, 2010, p. 309).

¹⁸ Cataláxia é teoria da economia de mercado, das relações de troca e dos preços (MISES, 2010, p. 23).

¹⁹ “Quando os homens, ao lidarem com os problemas de suas próprias ações, e quando a história econômica, a economia descritiva e a estatística econômica, ao reportarem as ações de outras pessoas, empregam termos como empresário, capitalista, proprietário, trabalhador e consumidor, estão falando de tipos ideais. Quando a economia emprega os mesmos termos, está falando de categorias catalácticas. Os empresários, capitalistas, proprietários, trabalhadores e consumidores da teoria econômica não são as pessoas vivas que encontramos na realidade da vida e na história. São a corporificação de funções distintas no funcionamento do mercado. O fato de os agentes homens, assim como as ciências históricas, aplicarem, ao raciocinar, conceitos econômicos e construírem seus tipos ideais com base nas categorias da teoria praxeológica não modifica a distinção lógica radical entre tipo ideal e categoria econômica. As categorias econômicas de que nos ocupamos são meras funções integradas; os tipos ideais referem-se a eventos históricos. O homem, vivendo e agindo, exerce necessariamente diversas funções.” (MISES, 2010, p. 308).

²⁰ Ver mais em MISES, 2010, p. 300-313.

Desta forma, em uma economia real, quando há referência a empresário, tem que ter-se em mente a função que este desempenha e não uma pessoa em si, e também que este não necessariamente é o mesmo indivíduo que o capitalista.

Ao corporificar esta função numa figura imaginária, estamos recorrendo a um artifício metodológico. O termo empresário, conforme a cataláxia o emprega, significa: *agente homem visto exclusivamente do ângulo da incerteza inerente a qualquer ação*. Ao usar este termo, não se deve jamais esquecer que toda ação está inserida no fluxo do tempo e que, portanto, envolve especulação. Os capitalistas, os proprietários e os trabalhadores são necessariamente especuladores. O consumidor também o é, ao prover suas necessidades futuras. (MISES, 2010, p. 309, grifo nosso).

O processo de mercado é essencialmente empresarial, a atividade empresarial é inseparável do processo competitivo. No processo de mercado, as interações dos agentes mostram os erros que ocorrem nos seus planos. Para Constantino (2009, p. 132), o elemento empresarial entra como um mecanismo para corrigir estes erros, de modo que “[...] a função do empreendedor será justamente aproveitar as oportunidades criadas pela ignorância existente no processo de mercado.”. É neste caso que o empreendedor mostra seu atributo de perspicácia, no qual os indivíduos aprendem e conduzem seus planos a um plano de coordenação, ou seja, levam a revisão individual dos planos que resultam em um processo de aprendizagem.

Em um estado de ampla ignorância os planos dos agentes apresentam-se completamente descoordenados, gerando um desequilíbrio, o que resulta em inúmeras oportunidades perdidas. Segundo Kirzner (2012, p. 67) “os participantes do mercado não estão conscientes de oportunidades reais para trocas lucrativas que estão à sua disposição no mercado.”. O empreendedor que é perspicaz e está constantemente alerta a essas oportunidades as descobre. Esse fato acaba por coordenar a economia.

Na análise da Escola Austríaca somente através do empresário que alterações na situação descoordenada podem ocorrer, estas geram coordenação pela serendipidade²¹. Contudo, o equilíbrio não é atingido, pois a situação modifica-se, como mudança de preferências, tecnologia, novos recursos. Os agentes acabam por não conseguir guiar corretamente seus planos. Surgem novas oportunidades de lucro, os empreendedores aproveitam e assim por diante²²:

[...] as mudanças que o empresário inicia são sempre rumo ao hipotético estado de equilíbrio; são mudanças provocadas pela reação ao padrão existente de decisões erradas, um padrão caracterizado por oportunidades perdidas. O empresário, na minha opinião, leva a um *ajuste mútuo* aqueles elementos discordantes que resultam na ignorância anterior do mercado. (KIRZNER, 2012, p. 68, grifo do autor).

²¹ Do termo inglês “*serendipit*”. Significa a capacidade tipicamente empresarial em que consiste em dar-se conta se oportunidades que surgem espontaneamente sem serem buscadas de forma deliberada. (HUERTA DE SOTO, 2010b, p. 47).

²² Ver em ABREU, M. P. *Metodologia brasileira de análise de atos de concentração horizontal: a perspectiva da Escola Austríaca versus o mainstream*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Economia/Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011, p. 41-50.

Israel Kirzner analisa a questão do empreendedor sobre o enfoque miseniano de “empreendedor puro”²³. Kirzner assumiu que o empreendedor não era possuidor de propriedade alguma:

[...] propriedade e a atividade empresarial devem ser vistas como funções completamente separadas. Uma vez que adotamos a convenção de concentrar todos os elementos da atividade empresarial nas mãos de empresários puros, excluimos automaticamente do papel empresarial o proprietário de ativos. As decisões puramente empresariais estão, por definição, reservadas aos tomadores de decisões que não possuem absolutamente nada. (KIRZNER, 2012, p. 51).

Para Kirzner (2012), o sucesso de uma sociedade pode ser qualificado na promoção da coordenação das decisões individualizadas de seus membros:

Numa economia de mercado, a qualquer momento dado, uma enorme soma de ignorância é como uma pedra no caminho da coordenação completa das ações e decisões dos diversos participantes do mercado. É provável que existam inúmeras oportunidades despercebidas para troca mutuamente lucrativa (incluindo produção como uma via para trocas). Cada uma dessas oportunidades oferece também uma oportunidade para lucro empresarial. Cada uma das partes potenciais de cada uma dessas oportunidades inexploradas de troca está, como consequência da imperfeição do conhecimento, perdendo algum lucro possível, devido à falta de coordenação representada por essa situação (KIRZNER, 2012, p. 187).

Assim, a função empresarial é o mecanismo coordenador do mercado, que Huerta de Soto (2004b, p. 26) define como “la capacidad típicamente humana para darse cuenta de las oportunidades de ganancia que surgen en el entorno actuando en consecuencia para aprovecharse de las mismas”. A ação empresarial produz efeitos importantes para o processo de mercado:

- i) Sempre gera nova informação. O ato empresarial descobre uma informação que antes não existia ou que não havia sido considerado. Esta informação é: subjetiva e prática, pois só se cria por meio a ação empresarial; dispersa, pois está difundida na mente de todos os indivíduos; e tácita, pois dificilmente é encontrada expressa de maneira formalizada.
- ii) Apresenta caráter criativo. Isso significa que todos os desajustes sociais se refletem em um ansejo de lucro a ser descoberto pelos empresários:

[...] cuando un empresario se da cuenta de una oportunidad de ganancia que previamente había pasado inadvertida, *crea* una información en su mente que antes no existía, que resulta, una vez se lleva a cabo el acto empresarial, en la obtención de un beneficio empresarial puro. (HUERTA DE SOTO, 2004b, p. 27).

- iii) Transmite nova informação. Transmitir informação é fazer com que outro indivíduo gere em seu intelecto parte da informação já criada ou descoberta por outrem. A transmissão da

²³ “The term “pure entrepreneur,” however, is now current in Austrian economics and is generally understood to refer to an unrealizable mental image that has been stripped of all capitalistic and ownership functions for a specific analytical purpose. [...]The construct of the pure entrepreneur was devised to allow the economist to isolate and analyze this universal aspect of action, i.e., uncertainty, and its implications for the formation of catallactic incomes, namely, monetary profits and losses.” (SALERNO, J. T. *The Entrepreneur: Real and Imagined*. Journal of Austrian Economics, v. 11, n. 3-4, p. 188-207, 2008, p. 194-195).

informação é tácita e subjetiva²⁴, o que a leva a ser resumida, pois só se transmite uma ínfima parte imprescindível para coordenar o processo social. Este conforme Huerta de Soto (2012^a, p. 40) “[...] permite aproveitar da melhor maneira possível a limitada capacidade da mente humana para criar, descobrir e transmitir constantemente nova informação de tipo empresarial.”.

iv) Coordenadora. Com a criação de informação e a sua transmissão, os indivíduos passam a agir de forma coordenada, ou seja, conduzem seu comportamento em função de outros indivíduos:

Y es que el acto empresarial, a la vez que coordina, crea nueva información que a su vez modifica en el mercado la percepción general de fines y medios de los actores implicados, lo cual da lugar a la aparición de nuevos desajustes, que a su vez tienden a ser descubiertos y coordinados empresarialmente, y así sucesivamente a lo largo de un proceso que jamás se detiene de expansión sin límite del conocimiento y los recursos, apoyado sobre un volumen de población siempre creciente, y que tiende a ser tan coordinado como sea humanamente posible en cada circunstancia histórica (“Big Bang social coordinado”). (HUERTA DE SOTO, 2004b, p. 29).

O exercício livre da atividade empresarial torna o mercado mais eficiente. Sua ação coordenadora visa eliminar desajustes. Contudo, desajustes são inevitáveis, fazem parte da ação humana, justamente pela presença da incerteza na sociedade.

4 O EMPREENDEDOR SCHUMPETERIANO

Joseph A. Schumpeter, durante sua formação acadêmica na Universidade de Viena no início do século XX, na qual cursou direito, participou de seminários com Eugen von Böhm-Bawerk, e foi contemporâneo de Ludwig von Mises. Contudo, Walras e a sua teoria do equilíbrio geral, influenciaram significativamente Schumpeter, deixando fortes marcas neoclássicas em sua teoria.

Segundo Silva (2002), Schumpeter, em seu primeiro livro, “*Wesen und der Hauptinhalt der Theoretischen Nationaleconomie*”²⁵, de 1908, faz uma apologia aos métodos matemáticos e ao equilíbrio geral walrasiano, no qual retratou os eventos econômicos como resultado de

²⁴“Como é lógico, a informação relevante é sempre subjetiva e não existe à margem das pessoas que sejam capazes de descobrir ou interpretar, de forma que são sempre os seres humanos quem cria, transmite e compreende a informação. A ideia errônea de que a informação é algo objetivo tem a sua origem na concepção de que parte da informação subjetiva criada empresarialmente se materializa “objetivamente” em sinais (preços, instituições, normas, firmas etc.) que podem ser descobertas e subjetivamente interpretadas por todos no contexto das suas ações particulares, facilitando-se assim a criação de novas informações subjetivas cada vez mais ricas e complexas.”. (HUERTA DE SOTO, 2010a, p. 40).

²⁵ “WHT [*Wesen und der Hauptinhalt der Theoretischen Nationaleconomie*] foi escrito para os economistas germânicos e pretendia ser um livro de divulgação e de esclarecimentos sobre o que Schumpeter entendia ser a fronteira da economia teórica: o sistema de equilíbrio geral estático elaborado por Walras associado com os desenvolvimentos da teoria econômica feitos pela escola austríaca (Böhm-Bawerk etc).” (SILVA, M. F. G. A *Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter*. Rio de Janeiro: Revista de Economia Política, v. 22, n. 1 (85), jan.-mar., p. 109-130, 2002, p. 113).

interações mecanicistas quantificada em unidades físicas, e não como consequência da ação humana, abordagem da Escola Austríaca²⁶.

Em 1911, Schumpeter publicou o seu grande trabalho. Para Bruyat e Julien (2000), Schumpeter, neste livro, define uma abordagem teórica que lhe permite mostrar como o sistema capitalista é capaz de ir além das suas contradições por meio de uma dinâmica de criação e destruição:

His approach to the entrepreneur is purely functionalist: entrepreneurs are people who perform the function of reforming or revolutionizing the productive system, and they continue to be entrepreneurs only for as long as they continue to perform that function. From a constructivist standpoint, as from a functionalist standpoint, defining a scientific object is an integral component of the founding theoretical work in a research field. (BRUYAT; JULIEN, 2000, p. 167).

Para Schumpeter (1983), a nova combinação de meios de produção é o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, e quem realiza esta tarefa são os empreendedores. O empresário de Schumpeter detém o controle da produção, tal qual o empresário de Menger e de Böhm-Bawerk. Porém, o empresário schumpeteriano não tem a necessidade de ser vinculado a uma empresa, como administrador ou sócio de qualquer espécie. Schumpeter deixa isto claro, ao defender que:

Em primeiro lugar nossa definição [de empresário] concorda com a comum, no ponto fundamental da distinção entre “empresários” e “capitalistas” – independentemente de os últimos serem vistos como proprietários de dinheiro, de direitos ao dinheiro, ou de bens materiais. Essa distinção hoje em dia é geralmente aceita e o tem sido por um tempo considerável. Nossa definição coloca também a questão de que o acionista comum é um empresário enquanto tal, e descarta a concepção do empresário como aquele que corre riscos. Além disso, a caracterização comum do empresário por expressões tais como “iniciativa”, “autoridade” ou “previsão” aponta diretamente em nossa direção. (SCHUMPETER, 1997, p. 83-84).

Desta forma, a distinção de Schumpeter com os autores iniciais, afora Cantillon, está na questão da propriedade do capital. Para Schumpeter, o empreendedor e o capitalista são distintos. Da mesma forma, Schumpeter discordava do conceito da teoria tradicional, para não dizer marshalliana, de que o empresário é um mero administrador, ou alguém que aloca recursos²⁷.

²⁶ Schumpeter compartilhava das ideias de equilíbrio geral, porém, como o autor considerava a realidade dinâmica, com incertezas, perdas, comportamento do empresário, etc, formulou uma explicação teórica de mudança do sistema walrasiano (ROTHBARD, M. N. *Breaking Out of the Walrasian Box: The Cases of Schumpeter and Hansen*. Washington: The Review of Austrian Economics, v. 1, n. 1, p. 97-108, 1987, p. 97). Este ponto, porém, é muito controverso, pois vários autores defendem que Schumpeter, mesmo sendo apreciador das ideias de Walras, não trabalha com a noção de equilíbrio. Aqui, assume-se a ideia da Escola Austríaca de Economia, em que, por mais que Schumpeter soubesse das implicações teóricas de pressupor tal equilíbrio, sua teoria utilizava tal conceito. Em SILVA (2002, p. 117-127) há uma análise detalhada sobre a questão do equilíbrio em Schumpeter, que vai ao encontro do que se defende neste trabalho.

²⁷ “[...] a definição marshalliana do empresário, que trata a função empresarial simplesmente como “administração”, no sentido mais amplo, atrai naturalmente a maior parte de nós. Não a aceitamos simplesmente porque não ressalta o que consideramos ser o ponto chave e o único que distingue especificamente a atividade empresarial de outras.” (SCHUMPETER, 1997, p. 85-86).

Em Schumpeter (1997, p. 88), a realização de novas combinações é uma atividade especial, e assim, quem a realiza – os empreendedores –, são também especiais; eles são “a força motriz de um grande número de fenômenos significativos”. As novas combinações, ou seja, as inovações, surgem na estrutura econômica a partir de dentro, destruindo o antigo e criando o novo. Este processo é, para Schumpeter (1961) o processo de destruição criativa que é primordial para se possa entender o capitalismo.

Desta forma, conclui-se que para o autor, a função do empreendedor é:

[...] reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante. (SCHUMPETER, 1961, p. 166).

Vê-se que em Schumpeter, o empreendedor é responsável pela descoordenação do sistema, gerando desequilíbrio, que, depois, por meio de imitação, tende a voltar ao estado normal, diferenciando-se do empreendedor austríaco, que é coordenador.

4 EMPREENDEDOR COORDENADOR vs. EMPREENDEDOR DESCOORDENADOR

Schumpeter, assim como os autores da Escola Austríaca, em especial Kirzner, tem uma visão diferenciada da competição da tratada pela teoria dominante. A competição não se dá somente por preços em um sistema atomizado sem poder de mercado. Contudo, para Schumpeter (1961; 1997), a competição que importa no mercado é a competição pela inovação, pela descoberta, seja de mercadoria, tecnologia, fonte de provisão ou tipo organizacional. Já, para a Escola Austríaca, tanto a competição por preços, como pela inovação constituem parte do processo dinâmico e empresarial do mercado²⁸.

Em ambos os autores, o protagonista do mercado é o empresário e há uma identificação da função empresarial com o processo competitivo. Porém, a função empresarial tratada pelos autores remete a processos de mercado completamente diferentes:

Em ambos os conceitos, é o estado de alerta do empresário para oportunidades até então despercebidas que lhe possibilita afastar-se da rotina; é somente sob condições de desequilíbrio que seu papel emerge. Mas, para Schumpeter, a essência da atividade empresarial é a capacidade de afastar-se da rotina, de destruir estruturas existentes, de afastar o sistema do fluxo regular e circular do equilíbrio. Para nós, por outro lado, o elemento crucial na atividade empresarial é a capacidade de ver oportunidades inexploradas cuja existência prévia significava que a regularidade inicial do fluxo circular era ilusória - que, longe de estar em estado de equilíbrio, ela representava uma situação de desequilíbrio inevitavelmente destinada a ser perturbada. (KIRZNER, 2012, p. 114).

²⁸ KIRZNER, *Entrepreneurial Discovery and The Competitive Market Process: An Austrian Approach*. Journal of Economic Literature, v. 35, n.1, mar. 1997, p. 60,85.

Schumpeter (1961) considera que o mercado se encontra em estado de equilíbrio²⁹, no qual a ação do empresário perturba o fluxo circular, gerando um desequilíbrio. Este processo, de destruição criadora, é para Schumpeter, o problema fundamental para compreender o capitalismo:

[...] *uma vez rompido o equilíbrio* por alguma perturbação, o restabelecimento da antiga situação não é tão certo, imediato e econômico como afirma a velha teoria da concorrência perfeita, e também que o próprio esforço para se obter o ajustamento pode prejudicar, e não favorecer, o *pretendido equilíbrio*. (SCHUMPETER, 1961, p. 131, grifo nosso).

Para Schumpeter o empresário tira o mercado do equilíbrio, perturba-o. Para Kirzner (2012, p. 114), o empresário é “[...] a força equilibradora cuja atividade reage às tensões existentes e fornece as correções pelas quais as oportunidades inexploradas estão clamando.”.

O processo de mercado, em Schumpeter, é iniciado pela atividade empresarial, ou seja, pela ação dos líderes, os inovadores, pioneiros. Estes geram lucros, desequilibrando o mercado. Esta perturbação temporária do equilíbrio leva a sociedade a um nível mais elevado do desenvolvimento, aumentando o bem-estar econômico. O novo equilíbrio dá-se pela ação dos imitadores, que levam a economia ao estado de repouso. “Sua atividade, a de restaurar o fluxo circular e regular, não é empresarial; eles [os imitadores] são os prosaicos que, uma vez que aprenderam a imitar os líderes, caem numa nova rotina de lucro zero.”³⁰:

[...] in the Austrian view the entrepreneur is the main bearer of uncertainty in the real world, and successful entrepreneurs reap profits by bringing resources, costs, and prices further in the direction of equilibrium. But Schumpeter starts, not in the real world, but in the never-never land of general equilibrium which he insists is the fundamental reality. But in the equilibrium world of stasis and certainty there are no entrepreneurs and no profit. The only role for entrepreneurship, by logical deduction, is to innovate, to disrupt a preexisting equilibrium. The entrepreneur cannot adjust, because everything has already been adjusted [...]. His only prescribed role, therefore, is to be disruptive and innovative. (ROTHBARD, 1987, p. 102).

Schumpeter (1997) considerou a atividade empresarial o motor do desenvolvimento econômico. Para Kirzner (2012) a atividade empresarial é importante ao possibilitar o funcionamento do mercado, sendo o desenvolvimento econômico uma possibilidade consequente

²⁹ Ao falar do desenvolvimento econômico, Schumpeter (1997, p. 75, grifo nosso), mostra, mais uma vez, que assume o conceito de “equilíbrio”: “o desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, *perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente*. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes.”. Porém, Schumpeter (1997, p.90, nota de rodapé 85), ao discorrer sobre os métodos de interpretação diz que utiliza do conceito de equilíbrio como uma abstração teórica: “se se deve mostrar como todos os

elementos do sistema econômico são determinados um pelo outro no equilíbrio, esse sistema de equilíbrio é considerado como ainda não existente e é construído *ab ovo*, diante de nossos olhos. Isso não quer dizer que o seu vir-a-ser é com isso geneticamente explicado. Apenas são tornados logicamente claros a sua existência e o seu funcionamento pela dissecação mental.”. Ver mais sobre a questão do equilíbrio em Schumpeter em: WARRINER, D. *Schumpeter and the Conception of Static Equilibrium*. Economic Journal, v 41, n. 161, mar. 1931, p. 38-50.

³⁰ KIRZNER, 2012, p. 114.

do processo. A ação empresarial não se dá apenas pelos inovadores. Aqui os imitadores também participam dessa ação, e esta só cessa quando todas as oportunidades de lucro são exauridas, inclusive pelos imitadores.

Outro ponto de destaque consiste na incompatibilidade que, em Schumpeter (1961), há entre progresso econômico e concorrência perfeita:

A condição de acesso perfeitamente livre a uma *nova* esfera de atividade, no entanto, pode, na realidade, tornar impossível qualquer acesso. É dificilmente concebível a introdução, desde o início, de novos métodos de produção e novas mercadorias em condições de perfeita e imediata concorrência. Significa isso também que o que chamamos de progresso econômico é incompatível com a concorrência perfeita. (SCHUMPETER, 1961, p. 134).

Para Kirzner (2012, p. 117.) a questão de incompatibilidade entre progresso econômico e concorrência perfeita é uma questão improfícua, pois “na medida em que uma economia tem um potencial para o progresso [...], nenhum equilíbrio pode ser imaginado *até que esse potencial tenha sido explorado*.”. A teoria da concorrência perfeita não considera o mercado como um processo, portanto, não há como pensar esta estrutura de mercado com a ocorrência de progresso. Se assim o fizer, ou nega-se o equilíbrio, ou assume-se que este equilíbrio é um estado de repouso qualquer, no qual existem desajustes:

É porque Schumpeter via a atividade empresarial, que pode dar origem ao progresso tecnológico, como uma perturbação espontânea do equilíbrio (e não como a reação equilibradora a tensões preexistentes) que ele não podia perceber a homogeneidade essencial do processo competitivo - empresarial, quer ele se manifeste através do progresso tecnológico, quer ele se mostre em ajustes de mercado a curto prazo (KIRZNER, 2012, p. 117).

Para Kirzner (2012), Schumpeter estava equivocado na sua concepção sobre o empresário. Este é, em realidade, o agente coordenador inerente ao processo de mercado, atuando com serendipidade e criatividade no intuito de ganhar o seu benefício empresarial, o lucro. Esse movimento natural do empresário é, por conseguinte, o motor natural da economia de mercado e o cerne do crescimento econômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se, a partir de uma retomada dos primeiros autores que trabalharam com o tema “empreendedor”, comparar a análise do empreendedor schumpeteriano com a do empreendedor da Escola Austríaca.

Viu-se que, apesar de tanto Schumpeter como Kirzner, terem as mesmas cadeias de influências, o empreendedor Schumpeteriano é um descoordenador de mercado, via sua destruição criativa, enquanto o empreendedor austríaco é coordenador, já que gera informação,

por meio de seu caráter criativo, e também transmite esta informação. Contudo, em ambas as teorias, é esta atividade empresarial que promove o desenvolvimento econômico.

Pensa-se que este trabalho trará uma contribuição para o meio acadêmico, uma vez que pouco se discute sobre os diferentes conceitos da atividade empresarial. Observa-se que esta é uma pequena contribuição que poderá ser estendida em outros trabalhos, dado o grande leque de subtemas que este assunto comporta, em especial, as implicações para a análise do desenvolvimento econômico.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. P. *Metodologia brasileira de análise de atos de concentração horizontal: a perspectiva da Escola Austríaca versus o mainstream*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Economia/Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=4hX38LmKYQ>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BARBIERI, F. *O processo de mercado na Escola Austríaca Moderna*. 2001. 188 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BÖHM-BAWERK, E. von. *Capital and Interest: History and Critique of Interest Theories (volume I)*. Illinois; Libertarian Press, 1959 [1884].

BRUYAT, C; JULIEN, P. A. Defining the field of research in entrepreneurship. New York: Journal of Business Venturing, v. 16, p. 165–180, 2000.

CANTILLON, R. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba: Segesta, 2002 [1755].

CONSTANTINO, R. *Economia do indivíduo: o legado da escola*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

DANTAS, E. B. *Empreendedorismo e Intraempreendedorismo: é preciso aprender a voar com os pés no chão*. Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/dantas-edmundo-empreendedorismo.pdf> . Acesso em: 05 jul. 2012.

HOSELITZ, B. F. *The Early History of Entrepreneurial Theory*. In JSPENGLES, J.; ALLEN, W. (Org.) *Essays in Economic Thought*. Chicago: Rand McNally and Co., 1960, p 234-257.

HUERTA DE SOTO, J. *Socialismo, cálculo econômico y función empresarial*. 4 ed. Madrid: Unión Editorial, 2010b.

HUERTA DE SOTO, J. *Estudios de economía política*. 2. ed. Madrid: Unión Editorial, 2004a.

HUERTA DE SOTO, J.. *Escola Austríaca*. 2 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.

HUERTA DE SOTO, J.. *La teoría de la eficiencia dinámica*. Procesos de Mercado: Revista Europea de Economía Política, n.1, 2004b, p. 11-71.

IORIO, U. J. *Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

KIRZNER, I. *Competição e atividade empresarial*. Tradução de Ana Maria Sarda. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2012 [1976].

KIRZNER, I. *Entrepreneurial Discovery and The Competitive Market Process: An Austrian Approach*. Journal of Economic Literature, v. 35, n.1, mar. 1997, p. 60,85. Disponível em: <<http://econfaculty.gmu.edu/pboettke/summer/summer%20docs/kirzner1997.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MCCAFFREY, M. *Eugen von Böhm-Bawerk and Frank Fetter: Two Neglected Theories of Entrepreneurship*. Anais: Austrian Student Scholars Conference, 2012. Disponível em: <http://www2.gcc.edu/dept/econ/ASSC/Papers%202012/mccaffrey_bawerkfetter.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

MEEK, R. L. *Turgot on Progress, Sociology and Economics: A Philosophical review of de successive advances of the human mind on universal history reflections on the formation and the distribution of wealth*. New York: Cambridge University Press, 1973. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Turgot_on_Progress_Sociology_and_Economics.html?hl=pt-BR&id=l07BzbFmTzwC>. Acesso em: 04 jul. 2012.

MENGER, C. *Princípios de Economia Política*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1986 [1871].

MISES, L von. *Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010 [1949].

NELSON, R. *Schumpeter e as pesquisas contemporâneas sobre a economia da inovação*. In: As fontes do crescimento econômico. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

OSER, J; BLANCHFIEL, W. C. *História do Pensamento Econômico*. Tradução de Carmem Terezinha Santoro dos Santos. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

ROTHBARD, M. N. *Breaking Out of the Walrasian Box: The Cases of Schumpeter and Hansen*. Washington: The Review of Austrian Economics, v. 1, n. 1, p. 97-108, 1987. Disponível em: <http://mises.org/journals/rae/pdf/RAE1_1_6.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2012.

ROTHBARD, M. N. *Economic Thought Before Adam Smith: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought Volume 1*. 2. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2006 [1995].

ROTHBARD, M. N. *Introduction*. In: GORDON, D. (Org.). *The Turgot Collection: Writings, Speeches, and Letters of Anne Robert Jacques Turgot, Baron de Laune*. Ludwig von Mises Institute: Auburn, 2011, p. ix-xxvi.

ROTHBARD, M. N. *Man, Economy, and State with Power and Market*. 2. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, Scholar's Edition, 2009 [1962; 1970].

SALERNO, J. T. *The Entrepreneur: Real and Imagined*. The Quarterly Journal of Austrian Economics, v. 11, n. 3-4, p. 188-207, 2008. Disponível em:
<<http://www.springerlink.com/content/y6757x2531862654/>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

SÁNCHEZ, J. C. *Entrepreneurship as a legitimate field of knowledge*. Universidade de Oviedo: Psicothema, v. 23, n. 3, p. 427-432, 2011. Disponível em:
<www.uniovi.es/reunido/index.php/.../8946>. Acesso em: 04 jul. 2012.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Editado por George Allen e Unwin Ltd.. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961 [1942].

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997 [1911].

SILVA, M. F. G. *A Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter*. Rio de Janeiro: Revista de Economia Política, v. 22, n. 1 (85), jan.-mar., p. 109-130, 2002.

TURGOT, A. R. J. In: *Praise of Gournay: letter from turgot to marmontel*. In: GORDON, D. (Org.). *The Turgot Collection: Writings, Speeches, and Letters of Anne Robert Jacques Turgot, Baron de Laune*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, p. 99-127, 2011.

WARRINER, D. *Schumpeter and the Conception of Static Equilibrium*. Economic Journal, v 41, n. 161, mar. 1931, p. 38-50. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2224133?uid=2129&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101804556257>>. Acesso em: 07 jul. 2012.